

AS EPIDEMIAS SÃO HISTÓRICAS UMA RELAÇÃO ENTRE AS DOENÇAS INFECTOCONTAGIOSAS E CRISES ECONÔMICAS NA AMÉRICA PORTUGUESA

Rodrigo Perles Dantas¹

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo o desdobramento de uma pesquisa de mestrado, ainda em andamento, sobre a descrição, apropriação e uso de plantas medicinais na América Portuguesa dos primeiros séculos (XVI e XVII). Como esta temática se encaixa na área da História das Ciências da Saúde, pensamos em trazer contribuições importantes para a proposta do congresso de relacionar epidemias ou pandemias com as respectivas crises econômicas. O recente problema sanitário causado pelo novo coronavírus (Sars-CoV-2) se reflete claramente nas economias nacionais, forçando a paralisação das atividades a fim de controlar o surto. Seguindo este pressuposto, pensamos ser interessante abordar a relação dos seres humanos com seus germes de maneira histórica, demonstrando como isso impacta o cotidiano e a vida socioeconômica. Nosso foco neste trabalho é o de estudar, por meio das fontes e da bibliografia especializada no tema, as doenças que grassaram sobre a população colonial e os impactos na produtividade. Buscaremos fazer uma análise geral, cobrindo principalmente a região Norte e Nordeste do atual Brasil. Partimos da ideia de que, como indicam as referências no tema, a maior "arma" do colonizador para seu estabelecimento e interiorização foram os germes, experimentados há milênios pelos europeus (muito pelo seu intercâmbio com outras regiões do globo), os quais possuíam um sistema imunológico mais adaptado à certas enfermidades. Nosso trabalho tem como objetivo demonstrar que as doenças são históricas, acompanhando o ser humano ao longo de todo seu processo de expansão e que, claramente, por onde grassavam, as moléstias contagiosas geravam pânico e crises nos respectivos sistemas de produção, sejam eles simples ou complexos, gerando fomes e até mesmo conflitos sociais.

Palavras-chave: História das Ciências da Saúde; epidemias; crises econômicas; América Portuguesa

¹ Graduado em História pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Atualmente, mestrando em História, Cultura e Narrativas pela mesma instituição, com foco em História das Ciências da Saúde, no Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Estadual de Maringá

1. Introdução

Esta comunicação é parte do desdobramento de uma pesquisa de mestrado, ainda em andamento, que versa sobre a temática da História das Ciências da Saúde na América Portuguesa dos primeiros séculos, XVI e XVII, em que buscamos estudar os usos, apropriações e classificações da flora medicinal americana por parte da população colonial. Com o atual cenário que estamos vivenciando, marcado pela pandemia de Covid-19, doença viral causada pelo patógeno Sars-CoV-2, e a crise econômica internacional por ela desencadeada, nasceu a ideia de poder explorar a relação entre epidemias e problemas de produção gerados durante o período colonial, algo que podemos levantar por meio das fontes de época e da bibliografia estudada.

Por meio da leitura de teóricos da história, podemos perceber que tudo aquilo que se relaciona diretamente com as comunidades humanas são passíveis de estudo por parte do historiador (BLOCH, 2001, p. 52-55). Dessa maneira, desde tempos imemoriáveis, podemos estabelecer a relação dos seres humanos com seus germes, sendo que estes têm poder de influência e intervenção no curso da história (DIAMOND, 2013, p. 57-61). Atualmente, ao planejarmos o mundo “pós-coronavírus”, já estamos admitindo que diversas transformações podem advir de uma pestilência que se alastra por grandes conglomerados populacionais.

Assim, por podermos delimitá-las no espaço e no tempo, além de estabelecer relações com os agrupamentos humanos, temos por objetivo demonstrar que as epidemias são históricas. Com o atual surto de Covid-19, levando forçosamente à paralização de diversas atividades econômicas, podemos perceber os impactos que uma doença altamente contagiosa em um mundo globalizado pode apresentar.

Como a história sempre parte do presente para a análise do passado, acreditamos que esta relação entre crises econômicas e pandemias tendem a se expandir na contemporaneidade, tornando alvo de maior interesse tanto pelos especialistas nestas áreas quanto pela população em geral. Assim, este texto, longe de ter a pretensão de esgotar o tema, tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento de pesquisas que relacionem economia e doenças ao longo da história, algo que ainda carece de maiores estudos, mas que tem material para trabalho e potencial de desenvolvimento.

Nesta comunicação, ressaltaremos alguns aspectos relativos às doenças trazidas pelos colonizadores nos primeiros séculos de formação da América Portuguesa, que acabou encontrando uma população nativa carente de um sistema imunológico para se defender destes germes, responsáveis por um verdadeiro genocídio dos povos indígenas, abrindo espaço para a própria penetração europeia em terras americanas e a instalação da lavoura açucareira na região Nordeste deste território (GURGEL, 2009, p. 29-31). Além disso, buscaremos realizar a devida relação entre as epidemias que grassaram sobre a popula-

ção colonial no geral e as crises de produção geradas, com base nas fontes de época e da bibliografia disponível.

Algumas destas moléstias de caráter pestilencial², como descritas na época, causaram grandes impactos nas comunidades da América Portuguesa, levando à desestruturação total da produtividade de comunidades tradicionais, como dos povos ameríndios, aldeados ou não, gerando intensa fome e precarização (BARBOSA, 2016, p. 36). Isso, por vezes, acabou forçando estes grupos a buscarem novas alternativas de sobrevivência, alterando todo um panorama cultural milenar de que dispunham para conhecer e se relacionar com o mundo e a natureza, ficando, por vezes, na dependência de grupos religiosos, que acabaram utilizando, conscientes ou não, esta situação a seu favor (CALAINHO, 2005, p. 72-73).

Com a introdução de escravos africanos, instalados em péssimas condições de alojamento, higiene e alimentação, este problema acaba sendo potencializado. A partir disso, podemos perceber a grande mortalidade decorrente desta situação, com os cronistas e estudiosos da época, todos europeus, preocupados com a falta de mão de obra e desorganização produtiva dela decorrente (GURGEL, 2009, p. 157; VIOTTI, 2012, p. 56 e 65;).

2. “Ares pestilenciais” e suas consequências econômicas: uma análise sobre a desorganização produtiva causada pelas doenças exóticas³ no período colonial

Como dito anteriormente, as epidemias possuem grande potencial de intervenção no curso da História, por vezes trazendo permanentes alterações nas sociedades que as experimentam. O mesmo podemos levar em conta ao analisar o processo de colonização europeia na América, marcado por conflitos destes com os povos originais, com claros prejuízos para estes últimos, trazendo consequências que podemos observar até a contemporaneidade.

Nos primeiros relatos de viajantes e cronistas que passaram pelo atual território brasileiro desde o século XVI, podemos perceber um claro interesse pelo mundo natural que encontraram, totalmente diferente daquilo que conheciam até então⁴. Já nestes escritos iniciais, nossas fontes de pesquisa, como a carta de Pero Vaz de Caminha ao rei de Por-

2 O termo “peste” era identificado com qualquer doença altamente contagiosa e que acarretava em grandes níveis de infecção e mortalidade.

3 O termo “exótico” é utilizado nas Ciências Biológicas ou da Saúde com o sentido de algo que é introduzido “de fora”, como no caso destas doenças que se abateram sobre a América Portuguesa durante a colonização.

4 Conhecimento este sistematizado pela denominada Filosofia Natural. Herdada da Antiguidade, esta buscava compreender o mundo da natureza por meio da razão e da separação de elementos religiosos das análises (GRANT, 2009, p. 19). Este primeiro contato com uma natureza totalmente desconhecida e “exuberante”, levou os primeiros cronistas e idealizar esta terra como um verdadeiro “Paraíso Terreal”, de bons ares (algo fundamental para a concepção de medicina da época) (SEIXAS, 2003).

tugal, ficam patente o intento exploratório de elementos da natureza para fins econômicos, algo que vai marcar todo o processo de colonização. Assim, nas palavras de Caminha:

Todavia um deles fitou o colar do Capitão, e começou a fazer acenos com a mão em direção à terra, e depois para o colar, como se quisesse dizer-nos que havia ouro na terra. E também olhou para um castiçal de prata e assim mesmo acenava para a terra e novamente para o castiçal, como se lá também houvesse prata!⁵

Contudo a terra em si é de muito bons ares frescos e temperados como os de Entre-Douro-e-Minho, porque neste tempo d'agora assim os achávamos como os de lá. Águas são muitas; infinitas. Em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo; por causa das águas que tem!⁶

Nestas duas citações, podemos perceber pela narração do autor duas formas possíveis de exploração econômica das terras descobertas: a busca por ouro ou metais preciosos e o uso agrícola de um solo fértil encontrado, a fim de que fossem utilizados para a plantação de produtos tropicais.

Em um primeiro momento, este território não foi devidamente ocupado pela colonização, já que o comércio de especiarias com as Índias Orientais estava a todo vapor, sendo quase exclusivamente realizado pelos portugueses, o que se mostrava muito lucrativo⁷. Preterido, portanto, em relação ao rico tráfico com o Oriente, as expedições vindas do reino português tinham esta terra como local de abastecimento de água e alimento para os navios⁸ e exploração de “madeira de tinta”, como o pau-brasil, e outros elementos do mundo natural americano, como papagaios, macacos, penas de diversas aves e certas “drogas”, como a pimenta⁹, algo que ajudava a movimentar o comércio Atlântico durante o período das denominadas “Grandes Navegações” (BOXER, 1969).

5 CAMINHA, Pero Vaz de. *Carta a El Rei D. Manuel*, São Paulo, Dominus, 1963, p. 2.

6 *Idem*, p. 8.

7 Por não encontrarem de início pedras ou metais preciosos (como ocorreu na América Espanhola) ou então uma região que propiciasse lucrativo comércio com rápido retorno de investimentos (como nas Índias Orientais), estas terras demoraram para serem efetivamente colonizadas. Nos primeiros 30 anos, foram estabelecidas feitorias no litoral para contato com os povos nativos e tráfico, por meio do escambo, de elementos da natureza brasileira (BOXER, 1969).

8 Navios que rumavam para as Índias Orientais. Abasteciam-se de água e alimentos, muitos deles trocados com os indígenas, como a farinha de mandioca, de alto poder de conservação (SOUSA, 1971, p. 46-47 e 54).

9 Droga, no período aqui mencionado, significava toda espécie de “secos” que, ao mesmo tempo que tinham funções alimentares, eram também utilizadas na concepção de medicina da época (BARBOSA, 2014, p. 64). Muito se fala das especiarias orientais durante as Grandes Navegações e pouco sobre as americanas, que também tiveram grande importância para o comércio da época (BRACHT, 2013, p. 11-12).

Como ficava relativamente desguarnecida, a região portuguesa da América acabava exposta ao que os administradores da monarquia consideravam “invasão”, especialmente de franceses que aportavam no litoral a fim de trocarem produtos com os povos indígenas. Esta ocupação estrangeira, somada à crise no comércio com o Oriente por volta de meados do século XVI, fez com que a coroa portuguesa passasse a buscar a colonização efetiva do território (GESTEIRA, 2013, p. 30 e 34).

Com vistas a alcançar este propósito, seria necessário encontrar algum tipo de atividade econômica que pudesse fixar população e a solução encontrada foi a agricultura de produtos que se desenvolvessem bem em climas tropicais. A principal delas, foi uma planta já conhecida por Portugal há alguns séculos; introduzida pelos árabes na Península Ibérica durante a Idade Média, foi aclimatada pelos portugueses em ilhas e arquipélagos (a exemplo da Madeira e de Cabo Verde) que colonizaram no Atlântico durante o processo de expansão ultramarina, a cana-de-açúcar foi elemento fundamental para os propósitos lusitanos (BARBOSA, 2014, p. 48).

O que queremos demonstrar com este trabalho, é que para atingir este objetivo de exploração econômica das terras brasileiras, não foi tarefa fácil, seja por obstáculos naturais, ou então pelos denominados na época pelos colonizadores de “índios hostis”, inimigos dos portugueses e seus aliados. No primeiro caso, temos informações sobre elementos da natureza americana que acabaram por dificultar o plantio de diversos gêneros nos primeiros séculos, como as formigas do gênero *atta*, dos quais se destacam as saúvas, que tiraram a paz de senhores de engenho e pequenos proprietários (CABRAL, 2014).

Já quanto ao segundo caso, diversas etnias indígenas não se conformavam com a presença portuguesa no litoral do atual território do Brasil, até pelo fato de que muitas delas perderam a posse destas terras no processo colonizatório. Então, como elemento de resistência, promoviam diversos ataques periódicos aos engenhos e suas instalações, levando os europeus a construírem fortalezas para detê-los, muitas vezes terminando em guerra (CARDIM, 1925, p. 61-63; SOUSA, 1971, p. 58).

Porém, em nossa concepção, seria reducionista elencar apenas uma suposta “superioridade técnica” das armas e possibilidades de combate portuguesas, como o uso do aço e cavalo¹⁰. Os cronistas que para cá vieram nas primeiras décadas, nos dão conta de que a costa brasileira era toda povoada por variados grupos ameríndios, fato que se altera à medida que o tempo vai passando. Assim, já em 1587, Gabriel Soares de Sousa¹¹ nos relata que:

10 Em um período no qual as armas de fogo não possuíam uma eficácia tão grande em determinados tipos de batalha, especialmente campais, podemos reparar, pelas nossas pesquisas e com suporte da bibliografia estudada, que foram as doenças epidêmicas as grandes responsáveis pela derrota dos diversos grupos nativos. Isso é o que explica como pequenos grupos de europeus conseguiram conquistar grandes contingentes indígenas que

11 Português e senhor de engenho na Bahia.

Como o gentio tupiniquim senhoreou e possuiu a terra da costa do Brasil, ao longo do mar, do rio Camamu até o rio de Cricaré, o qual agora tem despovoado toda esta comarca [...] Pelo que não vivem agora junto do mar mais que os cristãos que já fizemos menção.¹²

Este seu relato, nos demonstra que o litoral passa de povoado a “deserto” em relação aos povos originais que os habitavam, algo que só pode ser creditado à grande mortalidade ameríndia que se sucedeu ao contato com os europeus. Ou seja, para atingir os propósitos da colonização europeia, foi preciso eliminar qualquer barreira que não atendesse aos seus propósitos como os indígenas considerados “hostis”. Dado a grande superioridade numérica destes relatada pelas primeiras crônicas sobre a terra, seria impensável que apenas uma suposta superioridade técnica pudesse realizar todo este intento, até porque temos relatos de grupos que resistiram décadas à dominação colonial e, apenas quando grassava uma doença contagiosa entre eles que os lusitanos conseguiram se interiorizar (GURGEL, 2009, p. 126).

Assim, ao analisarmos as fontes de época e consultando uma bibliografia relacionada ao tema, podemos perceber que os maiores aliados dos europeus neste processo de fixação na América foram os germes trazidos para o continente, do qual as diversas etnias aqui existentes ainda não possuíam anticorpos suficientes para uma resposta imune eficaz, provocando altas taxas de mortalidade entre os mesmos¹³. Assim sendo, foi preciso de algo como as doenças epidêmicas para alterar todo o cenário econômico das terras americanas, servindo aos propósitos europeus, como a “epidemia de Ubatuba”, no ano de 1557, narrada por Hans Staden¹⁴ (2011, p. 71).

Como dito anteriormente, as epidemias possuem poder de alteração do cenário local por onde passam, causando mudanças, por vezes, permanentes. Dessa forma, estas foram as principais responsáveis pela inserção do território brasileiro na divisão internacional do trabalho, alterando permanentemente seu ambiente natural e cenário econômico, com efeitos até o presente.

Para demonstrar isso que estamos narrando e a importância das moléstias contagiosas para a depopulação indígena e fixação europeia, podemos elencar as fontes que, de início tendiam a idealizar as terras brasileiras como um Paraíso Terral, local salubre e de muitos bons ares, ou seja, que permitia seus habitantes gozar de plena saúde (THEVET, 1978,

12 SOUSA, Gabriel Soares de, Tratado descritivo do Brasil em 1587, São Paulo, Edusp, 1971, p. 87.

13 Os fatores elencados para isso são: isolamento geográfico da América em relação ao denominado “Velho Mundo” e, portanto, o não-contato prévio com estas doenças que lá circulavam. Além disso, a baixa domesticação animal presente nas Américas também é visto como fato preponderante para o não-desenvolvimento de algumas moléstias contagiosas, já que a maior parte das que compartilhamos são zoonoses, ou seja, passaram dos animais para os seres humanos (DIAMOND, 2013, p. 58).

14 Mercenário alemão que veio duas vezes para o Brasil. Na segunda vez, a serviço da coroa espanhola, sua embarcação sofreu um naufrágio na região de São Vicente. Algum tempo depois, Hans Staden ficou prisioneiro dos tupinambás por nove meses, narrando o que passou ao voltar para sua pátria.

p. 98 e 101). O missionário jesuíta Fernão Cardim ainda nos diz que “os homens vivem muito até noventa, cento e mais anos, e a terra é cheia de velhos”¹⁵ ao se referir aos habitantes da costa brasileira, no que foi acompanhado por muitos outros de seus congêneres europeus.

Já a partir de fins do século XVI e, principalmente, após a segunda metade dos seiscentos, as crônicas alteram a maneira de entender os ares e o desempenho da saúde nestas terras: de “bons ares”, elas passam a tratar a região como sendo altamente insalubre e propícia ao adoecimento (VIOTTI, 2012, p. 82). Consideramos isso como sendo fruto justamente destas diversas doenças exóticas que se instalaram com a colonização e o contato do europeu com os outros grupos que aqui viviam, sendo mais mortais para os que ainda não possuíam uma experiência imunológica prévia para combater-las, como os indígenas, causando todos os problemas de organização produtiva e alimentar que estes possuíam.

Fato digno de nota para nossos propósitos desta comunicação é que mesmo após o início do processo colonial, estas moléstias continuaram fortes entre a população, seja das vilas e cidades, seja dos habitantes do meio rural. Pelas narrativas de época, podemos perceber que a contaminação era geral, porém tendiam a se espalhar mais entre os grupos mais vulneráveis, como nativos, escravos e trabalhadores dos portos.

No caso dos primeiros, o impacto foi grande e fundamental para o estabelecimento do processo colonizador, a implantação da economia açucareira, estabelecendo o lugar do Brasil na economia mundial neste primeiro momento como fornecedor de produtos tropicais para a Europa. É assustador o panorama desenhado por diversos religiosos das “missões”¹⁶, como o padre José de Anchieta sobre as epidemias que grassavam sobre estes povos (GURGEL, 2009, p. 119).

Pela falta de prévia experiência imunológica, a ferocidade das moléstias era tamanha, levando a uma alta taxa de mortalidade, assustando os nativos de tal maneira que muitos fugiam do local que era foco de determinada doença para outras regiões. Visando escapar da morte, acabava, ao mesmo tempo, favorecendo a disseminação destas para outras aldeias, causando distúrbios produtivos e alimentares, gerando intensa fome (BARBOSA, 2016, p. 36-37). A preocupação também se dava pela falta da mão de obra indígena, que se tornava escassa, como na Amazônia Setecentista:

A documentação assinala duas epidemias de bexigas, ocorridas nas décadas de 1720 e 1740, que propagaram-se para diversos cantos da região e atingiram, sobretudo, os povos indígenas, considerados, até então, a principal mão de obra na Amazônia.¹⁷

15 CARDIM, Fernão, *Tratados da terra e gente do Brasil, Introduções e notas de Baptista Caetano, Capistrano de Abreu e Rodolpho Garcia*, Rio de Janeiro, J. Leite & Cia, 1925, p. 1.

16 Consistiam em aldear os nativos para melhor catequizá-los. Com isso, o contato com missionários europeus, somado à concentração em um mesmo espaço de muitos indivíduos, por vezes sem as condições de higiene adequadas, levava à propagação de doenças contagiosas.

O cronista alemão Hans Staden (2011, p. 71), durante período que permaneceu prisioneiro entre os Tupinambás, descreve um surto epidêmico entre este povo e a grande mortalidade entre os que tiveram contato com os infectados. Este grupo, em meados do século XVI, quando é realizado este relato, já possuía intenso contato com franceses, seus aliados, e portugueses, seus inimigos, podendo este ser a causa da disseminação da moléstia entre as aldeias.

Como em casos mais extremos, conforme citado anteriormente, a desorganização produtiva e grandes fomes eram consequências naturais destas epidemias, os grupos indígenas acabavam, por vezes sem outra alternativa, ficando nas mãos de grupos religiosos, como os jesuítas. Estes, ao organizarem as missões de catequese, ao mesmo tempo que levavam os germes contagiosos, passaram a fazer o trabalho terapêutico, atuando como verdadeiros médicos no período colonial (EDLER, 2006, p. 33).

Ao necessitarem desbancar a posição de líder religioso dos pajés, que também realizavam curas de enfermidades, os inácianos buscaram ocupar a posição destes na estrutura social indígena. Portanto, por necessidades contextuais, precisaram realizar todo este trabalho médico nas aldeias (GURGEL, 2009, p. 102).

Assim, jesuítas acabavam encontrando espaço e legitimidade de ação dentre diversos grupos ameríndios, favorecendo a possibilidade de exploração de sua mão de obra para mais uma importante atividade econômica no período colonial: as drogas do sertão. Estas eram compostas por diversos produtos naturais das florestas brasileiras, em especial da Amazônia. Por meio do extrativismo, povos indígenas partiam das aldeias jesuíticas em que estavam radicados para coletar elementos da natureza como cacau, canela, castanha, pimenta, dentre outros (BARBOSA, 2016, p. 38).

Estes gêneros eram comercializados especialmente para o mercado externo europeu, ficando o lucro nas mãos dos padres da Companhia de Jesus. A partir destas informações, podemos dizer que ocorreu uma desarticulação e alteração do milenar modo de vida e produtividade dos povos ameríndios.

Com a consequente crise de produtividade alimentar que se seguia a uma epidemia, podemos elevar a análise até mesmo aos problemas gerais de abastecimento do mercado interno. Tanto em Hans Staden (2011, p. 77) quanto em Gabriel Soares de Sousa (1971, p. 121-122), podemos perceber que os colonos, em grande medida, comercializavam com os povos indígenas gêneros agrícolas com fins de alimentação, especialmente a farinha de mandioca. Este é um outro eixo potencial de pesquisa a ser explorado.

17 BARBOSA, Benedito Carlos Costa, O comércio de africanos e o flagelo das bexigas na Amazônia Colonial (1707-1750), In: PIMENTA, Tânia Salgado; GOMES, Flávio (orgs.), *Escravidão, doenças e práticas de cura no Brasil*, Rio de Janeiro, Outras Letras, 2016, p. 36. As ditas “bexigas” referiam-se à varíola.

Muitas das doenças contagiosas também foram propositalmente utilizados por senhores de engenho do nordeste açucareiro para vencer batalhas que duravam décadas contra os indígenas, que, de acordo com estes colonos, eram um “empecilho” para seu projeto econômico açucareiro. Como exemplo deste caso, temos a análise feita por Cristina Gurgel (2009) em sua tese de doutorado ao estudar as batalhas contra os Potiguares no interior nordestino.

As guerras travadas contra este povo duraram pelo menos vinte anos e somente foi vencida pelos portugueses quando “presentearam” membros deste grupo com roupas infectadas com varíola, doença altamente contagiosa e mortífera. Em pouco tempo, sua população foi reduzida de maneira drástica, atingindo os guerreiros em condições de combate, abrindo espaço para a interiorização da conquista (GURGEL, 2009, p. 126). Podemos dizer, assim, que as doenças também foram intencionalmente utilizadas como armas biológicas para a colonização e exploração econômica do atual território brasileiro.

A partir do século XVII, a literatura sobre o tema passa a indicar uma grande alteração na maneira de compreender a salubridade desta terra nos escritos da época. De “Paraíso Terreal de bons ares”, a colônia americana passa a ser encarada como “terra insalubre”. Além das já citadas epidemias entre os indígenas, outro fator que contribuiu para a piora na avaliação deste quadro foi a introdução de africanos escravizados na América Portuguesa (VIOTTI, 2012, p. 82).

Antes mesmo de sua partida da África, ficavam alojados em feitorias europeias sem as mínimas condições de alimentação e higiene. Assim, despidos de todo o senso de humanidade em seu tratamento, seus locais de instalação e os navios negreiros em que eram transportados, tornavam-se propícios à circulação de vírus e bactérias de todo tipo, o que contribuía para as altas taxas de adoecimento e mortalidade (MATOS, 2016, p. 70-71).

Muitas das pestilências que se abateram sobre a colônia a partir dos seiscentos, tiveram suas origens creditada aos portos e ao tráfico negreiro, que, por conta da falta de higiene, acabava “contaminando os ares¹⁸” ao entorno, levando as doenças para toda a região litorânea e interior. Ou seja, a culpa das doenças ainda recaía sobre os africanos escravizados, refletindo grande preconceito com esta população (SOUZA, 2018, p. 59-60). Aqui podemos identificar muito das raízes de um racismo estrutural, com seus desdobramentos até os dias de hoje.

Dessa maneira, por conta das condições de tratamento que lhes era reservado, seja nas feitorias africanas, no tráfico transatlântico ou nas precárias instalações das senzalas, os escravos eram um grupo fortemente atingido pelas doenças epidêmicas na América Portuguesa. Isso tudo levava a uma alta mortalidade e baixa expectativa de vida para estes

18 Em uma sociedade como a América Portuguesa, apenas uma elite se intelectualizava. De acordo com a concepção de medicina que professavam, denominada de Hipocrático-Galênica, as epidemias se davam por “ares pestilentos e infecciosos”, sendo os portos grandes locais propícios para a irradiação de doenças. Isso era creditado, na época, ao tráfico negreiro e a cargas de alimentos apodrecidos, por exemplo, revelando grande preconceito com os africanos escravizados (VIANA, 2016, p. 130).

grupos, no qual os cronistas e estudiosos do período colonial relatavam perdas econômicas, especialmente na lavoura açucareira, ou cafeeira a partir do século XIX, por conta deste cenário. Como os escravos eram tratados como mercadoria, a vida destes valia menos do que a mão de obra e lucro econômico que poderiam proporcionar (VIANA, 2016, p. 130).

Assim, Cristina Gurgel (2009, p. 156-157) narra um outro fato digno de nota ao ser representativo da relação entre epidemias e crises econômicas, demonstrando como as moléstias pestilenciais tem forte poder de ação sobre o curso da história.

De acordo com a autora, um dos grandes elementos a serem considerados quando da expulsão holandesa do nordeste brasileiro foi uma forte epidemia de varíola que se abateu sobre a região em meados do século XVII, levando a morte muitos escravos e afetando a produção da cana-de-açúcar. Como os senhores de engenho precisavam repor toda esta mão de obra, os flamengos, por meio da Companhia das Índias Ocidentais, financiaram os colonos para as aquisições, o que os fez ficarem endividados.

O fato de a dívida ir se acumulando, por vezes sem possibilidade de ser quitada, somado ao fim da União Ibérica (1580-1640) e o desejo de Portugal de reintegrar esta região ao seu Império, levou-os a apoiarem o levante dos grandes proprietários contra os denominados “invasores holandeses”. Ao cabo desta disputa, o Nordeste volta a fazer parte do domínio português.

3. Conclusão

Assim, buscamos demonstrar que as pandemias são históricas, pois sempre conviveram com os seres humanos e acabaram deixando profundas marcas nas sociedades em que passaram. Assim também se deu na América Portuguesa, na qual estas moléstias agiram como verdadeiras armas biológicas ao encontrar uma população nativa sem experiência imunológica prévia com muitas destas doenças. Foi isso que propiciou o próprio estabelecimento do colonizador em terras americanas, além de serem motivos de grandes crises econômicas e de produção para a população colonial. Consideramos, além disso, que estes germes acabaram propiciando grande poder para os missionários, que, por vezes, colocaram os indígenas sob sua dependência, alterando toda sua cultura e modo de vida, tudo isso com efeitos até o presente (BARBOSA, 2016, p. 36-37; CHAMBOULEYRON, 2013, p. 82).

Desta forma, buscamos explorar algo ainda pouco trabalhado na historiografia, ou seja, a relação entre crises de saúde pública¹⁹ e sua consequente extensão para os problemas econômicos, com foco no período colonial. Processos como este são uma constante em

¹⁹ Podemos também dizer que ocorre o movimento contrário, ou seja, crises econômicas e a consequente crise de saúde pública. Isso ocorre porque, consequente aos problemas econômicos, os governos tendem a cortar investimentos na área da saúde, que, além de aumentar problemas como as comorbidades, dificuldades econômicas também são a origem de grande parte de transtornos psicológicos. Tudo isso, em conjunto, pode gerar uma crise de saúde pública (ANTUNES, 2015).

vários momentos e sociedades. Portanto, acreditamos que isso venha de encontro com perspectivas contemporâneas, já que estamos vivenciando algo semelhante.

Consideramos que as Ciências Humanas são fundamentais para o auxílio na promoção de políticas públicas e esta temática vêm de encontro com esta perspectiva. Ou seja, podemos aprender sobremaneira com o passado, auxiliando-nos a tomar boas decisões no presente. Com os exemplos acima citados, podemos perceber que com ou sem o isolamento social as crises econômicas tiveram grande impacto já que, no pico de contaminação, os trabalhadores estavam, em sua grande maioria, mortos ou doentes, impedindo a continuação normal do processo produtivo. Assim, demonstramos que a melhor solução é ir de encontro com a ciência neste momento, demonstrando a importância do isolamento social para a preservação de vidas²⁰.

Referências

Fontes Documentais

CAMINHA, Pero Vaz de. *Carta a El Rei D. Manuel*. São Paulo: Dominus, 1963.

CARDIM, Fernão. *Tratados da terra e gente do Brasil*. Introduções e notas de Baptista Caetano, Capistrano de Abreu e Rodolpho Garcia. Rio de Janeiro: J. Leite e Cia, 1925.

SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. São Paulo: Edusp, 1971.

STADEN, Hans. *Duas viagens ao Brasil: primeiros registros sobre o Brasil* – [recurso eletrônico]. Porto Alegre: L&PM, 2011.

THEVET, André. *As singularidades da França Antártica*. Tradução de Eugênio Amado. Belo Horizonte: Itatiaia, 1978.

Bibliografia

ANTUNES, José António Pereira de Jesus. Crise econômica, saúde e doença. *Psicologia, saúde & doenças*, v. 16, n. 2, p. 267-277, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/psd/v16n2/v16n2a11.pdf>. Acesso em: 31/07/2020.

BARBOSA, Benedito Carlos Costa. O comércio de africanos e o flagelo das bexigas na Amazônia Colonial (1707-1750). In: PIMENTA, Tânia Salgado; GOMES, Flávio (orgs.). *Escravidão, doenças e práticas médicas de cura no Brasil*. Rio de Janeiro: Outras Letras, 2016.

BARBOSA, José Luciano Albino. Alimento, bebida e droga: uma abordagem histórica sobre a imagem e uso da cachaça. In: *Engenho de cana-de-açúcar na Paraíba: por uma sociologia da cachaça* [online]. Campina

20 Sem contar que vírus e bactérias são estruturas muito simples (àqueles ainda mais do que estas), com grande poder de mutação genética e quanto mais infectados e circulação destes tivermos, maior sua chance de alteração, tornando-se imunes às vacinas e tratamentos disponíveis ou então podendo tornar-se mais perigosos e mortais.

Grande: EDUEPB, 2014. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/gr7y8/pdf/barbosa-9788578793302-03.pdf>. Acesso em: 25/03/2020.

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BOXER, Charles. *O Império Marítimo Português*. Lisboa: Edições 70, 1969.

BRACHT, Fabiano. *Bagas ardentes e remédios para tudo: uma história da peregrinação das plantas americanas nos séculos XVI e XVII*. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós Graduação em História, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2013.

CABRAL, Diogo de Carvalho. O Brasil é um grande formigueiro: território, ecologia e a história ambiental da América portuguesa. *HALAC*, Belo Horizonte, v. 3, n. 2, p. 467-489, mar./ago. 2014.

CALAINHO, Daniela Buono. Jesuítas e medicina no Brasil Colonial. *Tempo*, Rio de Janeiro, n. 19, p. 61-75. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tem/v10n19/v10n19a05.pdf>. Acesso em: 07/10/2019.

CHAMBOULEYRON, Rafael. A prática dos sertões na Amazônia Colonial (século XVII). *Outros Tempos*, v. 10, n. 15, p. 79-99, 2013.

DIAMOND, Jared. *Armas, germes e aço: os destinos das sociedades humanas*. Rio de Janeiro: Record, 2013.

EDLER, Flavio Coelho. *Boticas e Pharmácias: uma história ilustrada da farmácia no Brasil*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2006.

GRANT, Edward. *História da Filosofia Natural: do mundo antigo ao século XIX*. São Paulo: Madras, 2009.

GESTEIRA, Heloisa Meireles. A América portuguesa e a circulação de plantas: séculos XVI-XVIII. In: KURY, Lorelai (org.). *Usos e circulação de plantas do Brasil: séculos XVI-XIX*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio Editorial, 2013.

GURGEL, Cristina Brandt Friedrich Martin. *Índios, jesuítas e bandeirantes: medicinas e doenças no Brasil dos séculos XVI e XVII*. 2009. Tese (Doutorado em Clínica Médica) – Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

MATTOS, Débora Michels. Do que eles padeciam: doenças e escravidão na Ilha de Santa Catarina (1850-1859). In: PIMENTA, Tânia Salgado; GOMES, Flávio (orgs.). *Escravidão, doenças e práticas médicas de cura no Brasil*. Rio de Janeiro: Outras Letras, 2016.

SEIXAS, Maria Lucília Barbosa. *A natureza brasileira nas fontes do século XVI: para uma tipologia das grandezas do Brasil*. Viseu: Passagem Editores, 2003.

SOUZA, Lais Viena de. *Missionários do corpo e da alma: assistência, saberes e práticas de cura nas missões, colégios e hospitais da Companhia de Jesus (Goa e Bahia, 1542-1622)*. 2018. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Évora, Évora, 2018.

VIANA, Iamara da Silva. Doenças de escravizados em Vassouras, 1840-1880: principais causas *mortis* e suas implicações. In: PIMENTA, Tânia Salgado; GOMES, Flávio (orgs.). *Escravidão, doenças e práticas médicas de cura no Brasil*. Rio de Janeiro: Outras Letras, 2016.

VIOTTI, Ana Carolina de Carvalho. *As práticas e saberes médicos no Brasil Colonial (1677-1808)*. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2012.